



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 153 - Abril 2010

NOSSA OPINIÃO

- [FAO e WWF: Deus os cria e eles promovem “florestas plantadas” juntos](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Indonésia: ONGs denunciam propaganda enganosa da APP](#)
- [A maquiagem verde europeia da Asia Pulp and Paper deve terminar](#)
- [Madagascar: comunidades florestais impactadas pela mineração da Rio Tinto](#)
- [Honduras: expansão de camaroneiras dentro da área protegida e Sítio Ramsar](#)
- [Indonésia: projeto REDD- muitas ameaças, nenhuma solução](#)
- [Mesoamérica: manifesto de comunidades sobre áreas protegidas](#)
- [Equador: a floresta do Pambilar, uma longa luta em sua defesa](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil: comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto realizam intercâmbio de experiências em Minas Gerais](#)
- [Brasil: indignação pela morte de um morador por parte de guardas da Fibria Celulose](#)
- [África do Sul: árvores exóticas sedentas em um país com escassez de água](#)
- [RSPO: a impossível “maquiagem verde” dos negócios do óleo de dendê](#)

MUDANÇA CLIMÁTICA

- [Bolívia: uma conferência dos povos sobre a mudança climática, um espaço para apresentar uma mudança de rumo](#)
- [Assine a campanha global contra REDD](#)

NOSSA OPINIÃO

- FAO e WWF: Deus os cria e eles promovem “florestas plantadas” juntos

Conforme a FAO, deter o desmatamento não é uma questão nem política, nem social nem ambiental: é só um assunto de definições.

Como evidência do anterior, a FAO acabou de divulgar um relatório (1) que prova que nós e muitos outros temos estado completamente enganados: o desflorestamento na Ásia não apenas não está acontecendo; as florestas na

realidade tiveram uma expansão durante a última década! O relatório diz: “A Ásia, que tinha uma perda líquida [em área florestal] nos anos 1990, registrou um ganho líquido de floresta no período 2000- 2010!. Aleluia!

Como aconteceu tal milagre? Bom, em primeiro lugar não é um milagre (é uma fraude) e em segundo lugar não aconteceu (é uma mentira). Como o relatório da FAO acrescenta, o “ganho líquido de floresta” foi “devido principalmente ao reflorestamento em longa escala registrado pela China”. Isso significa que aquelas plantações “registradas pela China”- definidas pela FAO como “florestas”- podem contra-arrestar as “contínuas e altas taxas de perda líquida em muitos países do Sul e Sudeste da Ásia.”

Como acima afirmado, é apenas uma questão de definições. Conforme os “especialistas” da FAO, qualquer área coberta por árvores é uma “floresta”. O que significa que se as florestas são destruídas- como elas foram, de fato- na Indonésia, Malásia, Laos, Camboja, Índia, etc. a área florestal da Ásia não será alterada se uma área similar for plantada com monoculturas de árvores em outro país da Ásia: no caso, a China.

Mas o problema não está restrito à Ásia. A FAO afirma que “As plantações de árvores em grande escala estão reduzindo significativamente a perda líquida de área florestal em nível global.” “A mudança líquida de área florestal no período 2000-2010 está estimada em – 5,2 milhões de hectares ao ano (uma superfície similar ao tamanho da Costa Rica), menos que os – 8,3 milhões de hectares ao ano no período 1990- 2000.

Sob esta abordagem fraudulenta, todas as florestas do mundo podem ser destruídas e substituídas por plantações de monoculturas de árvores (eucaliptos, pinheiros, acácias, dendezeiros, seringueiras) e a “área florestal líquida” não irá mudar. Em consequência, a FAO poderá anunciar afinal a boa notícia de que o desmatamento foi detido!

Devido ao crescente número de pessoas e organizações que questionam a definição não científica de “floresta” criada pela FAO e à crescente oposição às plantações de monoculturas de árvores em grande escala, outra organização vem intervindo para fornecer apoio tanto à FAO quanto às empresas plantadoras: o Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Esta jogada não é uma surpresa haja vista o papel do WWF em processos em prol das corporações tais como a Mesa Redonda sobre o Óleo de Dendê Sustentável, a Mesa Redonda sobre a Soja Responsável, a Aquicultura Sustentável e a certificação das plantações de monoculturas de árvores pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC).

Enquanto é difícil ver como a vida silvestre que o WWF supostamente visa proteger - liderado pelo carismático urso panda que usa como logo- pode ser beneficiado com as plantações de monoculturas de árvores, o fato é que o WWF está liderando e coordenando um processo chamado “Projetos de Plantações de Nova Geração” (2,3). Participam do projeto as conhecidas empresas plantadoras que incluem a Forestal Oriental (uma subsidiária da finlandesa UPM/ Kymmene no Uruguai), a

Mondi (África Do Sul), a Portucel (Portugal), a Smurfit Kappa Carton de Colombia (empresa irlandesa-holandesa que opera na Colombia), a Stora Enso (sueco-finlandesa), a UPM Kymmene (Finlândia), bem como o Departamento Florestal de Sabah (Malásia), a Administração Florestal Estatal da China e a Comissão Florestal do Reino Unido.

O que o WWF está fazendo na realidade é promover a expansão das monoculturas de árvores e ajudando a maquiagem de verde a duradoura- e bem documentada- história de atividades destrutivas, presentes e passadas, das companhias e organizações envolvidas nesse projeto. Ao mesmo tempo, está ajudando à pressionada FAO ao continuar com a definição das plantações de árvores como “florestas plantadas”, e assim enfraquece a crescente demanda da sociedade civil por uma mudança na definição que tem servido em muito às empresas plantadoras para encobrir a verdadeira natureza negativa dessas monoculturas.

Diz a lenda que o matemático, físico e filósofo italiano Galileo Galilei murmurou a frase “Eppur si muove” que significa “E, no entanto se move” depois de ser forçado a se desdizer em 1633, antes da Inquisição, de sua crença de que a Terra se move ao redor do Sol. É nesse sentido que esperamos que alguns funcionários sérios da FAO e os ativistas honestos do WWF sejam ouvidos ao murmurarem: “E no entanto as plantações não são florestas”.

Fontes:

(1) <http://www.fao.org/forestry/static/data/fra2010/KeyFindings-en.pdf>

(2) <http://assets.panda.org/downloads/newgenerationplantationsreport2009.pdf>

(3) http://www.panda.org/what_we_do/footprint/forestry/sustainable_plantations/newgenerationplantations/

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Indonésia: ONGs denunciam propaganda enganosa da APP

A Asia Pulp & Paper (APP) é uma gigante do papel e celulose que tem estado desflorestando as florestas indonésias da província de Riau, Sumatra e destruindo as florestas de turfa de Kerumutan e Bukit Tigapuluh. Grande parte do desflorestamento da cobertura florestal original, estimado em 25 por cento, ocorreu em solos ricos em carvão.

Os danos ocasionados pela APP têm várias implicações: destrói o território e o sustento de comunidades indígenas que lá têm habitado durante séculos; ameaça a sobrevivência de alguns deles; leva os tigres da Sumatra, elefantes e orangotangos à beira da extinção; causa milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa já que as florestas são clareadas e as turfas oxidadas são drenadas, empurrando a Indonésia para a terceira colocação (depois da China e os EUA) dos emissores de gases de efeito estufa.

É difícil pensar que com esse perfil, a APP possa ganhar algum crédito. Contudo, a

empresa está tentando promover sua responsabilidade corporativa e seus produtos de papel através da propaganda.

Durante a 12ª Conferência anual da RISI sobre as Perspectivas do setor do papel e a celulose na Europa celebrada em Amsterdã, Holanda no dia 10 de março, a APP pretendia promover sua “responsabilidade corporativa”. Várias ONGs indonésias reagiram fazendo um apelo para os compradores e investidores da APP a fim de que “rejeitassem as informações errôneas da empresa e deixassem de comprar ou financiar a empresa até ela satisfazer as condições articuladas em uma carta aberta que exigisse reformas no setor do papel e celulose da Indonésia”.

Em um comunicado conjunto, as ONGs denunciaram que uma série de programas pagos da TV (infomerciais) que dão a conhecer os bons resultados sociais e ambientais da APP pode ser “um esforço para fazer caminho para o lançamento antecipado de ações (IPO) de sua subsidiária chinesa, e chega ao mesmo tempo que novos investimentos na capacidade de vendas diretas nos mercados papeleiros da Europa e da América do Norte. No começo da década de 2000, a APP não pagou uma dívida de mais de US\$ 13 bilhões tornando-se a maior inadimplente na Ásia. Em decorrência da falência, surgiram significativas questões legais, sociais e ambientais associadas com a produção de papel da empresa, o desmatamento de florestas naturais e as operações de fornecimento de madeira para celulose”.

WALHI/ Amigos da Terra- Indonésia, o fórum ambiental em nível nacional na Indonésia que reúne acima de 450 ONGs, desenvolveu a campanha de informação errônea e alertou os consumidores: “Estamos tentando acabar com os mal-entendidos de consumidores e investidores que podem ter sido enganados pelas propagandas enganosas e os folhetos em papel couchê da APP, disse Teguh Surya, diretor da Campanha do WALHI. “A APP e suas subsidiárias continuam provocando mais dano às comunidades que dependem da floresta na Indonésia, à vida silvestre e ao clima mundial do que outras empresas. O fato de estar associado com a APP põe em risco a reputação das empresas que negociam com ela”, disse Teguh.

Rivani Noor da rede nacional da Indonésia, Community Alliance for Pulp and Paper Advocacy (CAPPA) dá testemunho das ações da APP: “as ONGs indonésias e as comunidades com as quais trabalhamos vivenciaram a devastação causada pela APP de primeira mão, por isso nós não podemos ser enganados pelos infomerciais ou pelos prêmios ambientais,” ele disse.

Os antecedentes de destruição e de violação dos direitos comunitários por parte da APP não pode ser limpidos com propaganda.

Rivani Noor da CAPPA declarou que, “Exortamos a APP para que detenha a destruição das florestas naturais e das turfeiras, respeite os direitos e a posse das comunidades, resolva as disputas atuais e se desdiga das afirmações enganosas a respeito de sua baixa pegada de carbono. Assim a APP pode continuar com seus negócios habituais e ajudar a que os objetivos de redução de emissões de gases de efeito estufa sejam cumpridos e a transição para um futuro justo e de baixo carbono para todos os indonésios”.

Artigo baseado na “Open Letter to Customers of and Investors in the Indonesian Pulp and Paper Sector” (<http://www.eyesontheforest.or.id>), e no comunicado conjunto “Indonesian groups reject APP’s green claims at RISI Paper Conference”, enviados por Rivani Noor, Coordenador, Community Alliance Pulp and Paper Advocacy (CAPPA), e-mail: rivani@cappa.or.id. Maiores informações sobre os impactos sociais e ambientais causados pela APP estão documentados em: <http://www.eyesontheforest.or.id>, <http://www.savesumatra.org/index.php/link>, <http://www.environmentalpaper.org/indonesiaroundtablesummary.htm>, e fotos sobre os impactos da APP estão disponíveis em: <http://www.eyesontheforest.or.id>

[início](#)

- A maquiagem verde europeia da Asia Pulp and Paper deve terminar

A Comissão Europeia alega que o rótulo ecológico da União Europeia só é atribuído aos “melhores produtos, que são os que mais respeitam o meio ambiente”. Mas depois de o rótulo ecológico da EU ter sido atribuído à Golden Plus e à Lucky Boss, duas filiais, voltadas para a produção de papel para fotocópia, da Pindo Deli, uma subsidiária da Ásia Pulp and Paper, essa alegação é maquiagem verde.

“O rótulo ecológico da UE permite a destruição florestal: O caso da Pindo Deli”, é o título de meu último relatório, recentemente publicado pela FERN. A despeito do rótulo ecológico da EU, que foi concedido em 2006, as atividades das plantações e extração de madeira associadas com a Pindo Deli são extremamente destruidoras e em alguns casos nem sequer podiam ser legais conforme as leis indonésias.

A Pindo Deli é uma produtora de papel com duas fábricas localizadas em Java Ocidental que produz em torno a um milhão de toneladas de produtos papeleiros ao ano. Cerca de 80% da celulose usada nas fábricas da Pindo Deli provém das gigantes fábricas da APP em Sumatra: a Lontar Payrus e a Indah Kiat.

Grandes extensões de florestas foram clareadas a fim de fornecer a matéria-prima para essas fábricas. Duas empresas florestais, a PT Arara Abadi e a PT Wirakarya Sakti (PT WKS), fornecem madeira às fábricas de celulose. E elas fazem parte do Grupo Sinar Mas, a companhia proprietária da Asia Pulp and Paper. A PT Arara Abadi possui um passado apavorante de abusos dos direitos humanos, documentados em detalhe em um relatório de 2003 realizado pela Humam Rights Watch e intitulado “Sem Remédio”.

Em novembro de 2009, David Gilbert da Rainforest Action Network visitou os locais de onde a PT WKS extrai madeira na província de Jambi, Sumatra. Gilbert viajou até os limites/ bordas da concessão da PT WKS, que linda com o Parque nacional de Bukit Tigapuluh. “Seguranças privados nos forçaram a recuar/ nos mandaram embora”, ele disse. “Logo atrás dos portões, as florestas tropicais de terras baixas e biodiversas estão sendo cortadas ilegalmente pela Asia Pulp and Paper.” Gilbert viu cerca de 100 caminhões que se afastavam da floresta, “rumo à vizinha fábrica de papel e celulose da APP.” Tal fábrica é a Lontar Papyrus.

Umhas 10.000 pessoas vivem na área de concessão da PT WKS, sendo que entre

elas há cerca de 500 membros do grupo indígena Orang Rimba. Os meios de vida dos Orang Rimba estão sendo devastados pela extração madeireira da PT WKS. A 2008 report by a group of NGOs, including WWF Indonesia, found that PT WKS was logging in an area of forest where orangutans had recently been re-introduced. The NGOs documented the destructive logging and questioned whether PT WKS's operations in Bukit Tigapuluh were legal.

Um relatório de 2008, realizado por um grupo de ONGs que inclui a WWF Indonésia, revelou que a PT WKS estava cortando uma área de floresta na qual os orangotangos acabavam de ser re-introduzidos. As ONGs documentaram a destrutiva extração madeireira e questionaram o fato de as operações da PT WKS em Bukit Tigapuluh serem legais.

As atividades da APP são tão polêmicas que até o Conselho de Manejo Florestal (FSC) não tem nada a ver com a companhia. Em dezembro de 2007, o FSC emitiu uma declaração em que se “desligava” da APP. “Existem fartas informações disponíveis publicamente que sugerem que a APP, uma subsidiária da Sinar Mas está associada com práticas florestais destrutivas,” escreveu o FSC.

Tentei averiguar como o rótulo ecológico da UE chegou a ser concedido a uma empresa envolvida nesse nível de destruição. Para conseguir o rótulo ecológico, a Pindo Deli teve que convencer um dos “Órgãos Competentes” da EU que a empresa cumpria com os critérios para ganhar o rótulo ecológico. Neste caso, o “Órgão Competente” foi a francesa AFNOR.

Escrevi para a AFNOR a fim de solicitar formalmente o relatório de avaliação realizado antes de ser concedido o rótulo ecológico bem como qualquer auditoria que tivesse sido feita depois da concessão. A AFNOR se recusou a responder.

Escrevi para a Pindo Deli e a APP para perguntar, entre outras coisas, quais as evidências que a empresa podia providenciar de sua matéria-prima ser proveniente do “manejo florestal sustentável”, como requisito para satisfazer os critérios do rótulo ecológico. A Pindo Deli e a APP também não responderam, mesmo quando enviei uma cópia do rascunho do meu relatório e fiz um convite para eles fazerem um comentário que seria incluído como um anexo do relatório. A APP respondeu após o relatório ter sido publicado, mas não abordou as alegações à destrutiva extração madeireira no relatório.

Escrevi para o Ecolabel Helpdesk (Serviço de Assistência ao Usuário) para perguntar quais as informações sobre a avaliação estão disponíveis publicamente. Nenhuma, responderam. “Duvido que as avaliações estejam disponíveis para o público já que poderiam conter informações privadas, por exemplo quanto à composição dos produtos, que os produtores poderiam não querer desvendar,” disse Camille Ouellete do Helpdesk. “Infelizmente, receio que você não possa obter esses documentos,” ela acrescentou.

Benjamim Caspar do departamento ambiental da Comissão Européia me disse que “Não acho que o Órgão Competente francês possa dar qualquer informação a partes externas e nem sequer tenho certeza de que a convenção Aarhus [sobre o acesso às informações] seja aplicável neste caso.”

O ENDS Daily (serviço de notícias que cobre as questões ambientais na Europa) informa que o departamento ambiental da Comissão Europeia irá solicitar à AFNOR que investigue e que “aja em resposta a essas sérias acusações”. Que a investigação da AFNOR seja publicada, porém, não fica claro. “Quando se descobre que as licenças estão em infração, o que acontece de vez em quando, são retiradas imediatamente,” disse o departamento ambiental ao ENDS Daily.

Há poucas dúvidas de que as operações da APP são insustentáveis, e de que elas não satisfazem os critérios do Rótulo Ecológico da UE. A maquiagem verde oferecida pela EU a esta empresa destrutiva deve parar. O rótulo ecológico da UE deveria ser retirado do papel para fotocópia da Pindo Deli.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

O relatório “EU Ecolabel allows forest destruction: The case of Pindo Deli” está disponível em: <http://fern.org/node/4684> (pdf file 1.26 MB)

[início](#)

- Madagascar: comunidades florestais impactadas pela mineração da Rio Tinto

Madagascar é a quarta maior ilha do mundo e frequentemente é retratada como um dos países mais pobres na África, sendo que mais de 75% da população depende principalmente da agricultura para seu sustento.

A região Anosy, localizada nas montanhas do sudeste de Madagascar, é o lar de aproximadamente meio milhão de habitantes. É uma região úmida com variada biodiversidade que inclui desde florestas litorâneas, úmidas e de transição até pântanos e áreas cobertas de árvores.

A partir de 2005, a cidade principal da região, conhecida como Fort Dauphin, tem sido alvo de investimentos financeiros sob o programa de ‘pólo de crescimento’ do Banco Mundial que colocou a mineração no centro da estratégia de desenvolvimento regional. A mina é propriedade privada da QiT Minerals Madagascar (QMM), uma subsidiária da Rio Tinto. Durante os próximos sessenta anos serão extraídas e exportadas para o Canadá aproximadamente 750.000 toneladas de ilmenita (um minério que se transforma em dióxido de titânio- um branqueador industrial).

A mina trouxe consigo mudanças drásticas para as vidas dos moradores rurais que habitam nos arredores das florestas locais localizadas na trajetória da mina e que dependem delas. Aproximadamente 6.000 hectares de paisagem costeira está sob a custódia do projeto da QMM para a extração. Estima-se que 1097 hectares tenham sido designados como áreas de conservação com acesso restrito.

As recém-designadas ‘zonas de conservação’, estabelecidas pela QMM e o Serviço Florestal empregam um sistema que restringe o acesso à floresta. Isso significa que muitos moradores- que dependiam de seus próprios mecanismos tradicionais de manejo- agora devem pagar (caso contrário serão multados) para entrar e tomar produtos da floresta. A maior parte são agricultores e pescadores de

baixos recursos econômicos que recebem menos de um dólar ao dia e que agora estão excluídos de seus recursos vitais.

Algumas comunidades já foram deslocadas de suas terras para permitir a construção de um porto novo, uma pedreira, estradas e alojamento para os trabalhadores da mina. Outros tiveram o acesso restrito aos locais em que pescavam tradicionalmente. Um processo de compensação financeira foi aplicado para aqueles que foram afetados pelo descolamento, mas há disputas em andamento por causa da quantia de compensação oferecida. A maioria considera que é insuficiente para equilibrar a perda de acesso às áreas de pescaria e de lavoura que têm sustentado suas famílias durante muitas gerações.

A maior parte da população local vive da agricultura de subsistência (86%). Eles designaram a posse de suas terras através de meios tradicionais que são reconhecidos pela comunidade. A posse legal é difícil e custosa e estima-se que de 90% dos agricultores de Madagascar que possuem terras, apenas 8% tem títulos de propriedade. Os processos de compensação favorecem inevitavelmente aqueles que têm títulos legais.

A seguir, há alguns testemunhos da população local sobre os impactos decorrentes do projeto de mineração:

Uma mulher de 22 anos chamada Fanja diz: “Tenho que coletar galhos na floresta para cercar as hortas e assim evitar que os animais domésticos comam as sementes. Mas a coleta de paus tornou-se um problema porque a floresta pertence aos estrangeiros (QMM). É surpreendente que uma floresta de nossa região possa transformar-se em propriedade de estrangeiros. Agora mesmo, os moradores locais precisam autorização para cortar as árvores. O pior é que nós temos que pagar para ter permissão... Nós não tínhamos que comprar lenha [antes]... Os homens iam coletar madeira para a construção e traziam a quantidade que necessitavam para construir uma casa. As mulheres tiravam proveito da lenha gratuita e faziam um pequeno negócio ao vendê-la a outras pessoas... Além disso, as pessoas não precisavam comprar medicinas. As plantas medicinais estavam disponíveis para nós nas florestas... Eu ainda dependo da floresta para satisfazer minhas necessidades, especialmente para coletar mahampy para trançar cestos que é minha ocupação ... [No passado], se eu não podia coletar mahampy, podia coletar lenha e fazer um dinheirinho... Agora, tudo mudou. A floresta é um local proibido... Se essas restrições continuarem, nós vamos cair em problemas crônicos.”

Constand, um homem de 31 anos de idade, explica como a floresta tornou-se “uma área protegida”: “A QMM chegou ao povoado... Eles disseram que precisavam proteger a floresta... A QMM juntou assinaturas no povoado para obter a aprovação para transferir o manejo da floresta a eles... A comunidade local, junto com a ONG local, manifestou sua oposição aos planos da QMM de manejar a floresta. Mas isso não impediu que a QMM se apropriasse da floresta de St Luce... [Eles disseram] o desflorestamento ameaçava a floresta St Luce e por isso estava na hora de tomar providências... Os moradores de St Luce acreditaram... eles ainda teriam acesso à floresta... Por isso eles não se opuseram aos planos com a suficiente veemência.

Infelizmente, [nossas] dificuldades se acentuaram porque a WMM não permite que tenhamos acesso à floresta... Tirou os recursos que os moradores precisavam para

seu sustento... Porque os moradores são pobres, precisam da floresta... Em vez de construir casas de tijolos, eles usam os recursos florestais... Segundo, a terra florestada é fértil e providencia bons plantios de mandioca, batata-doce e arroz. Então muitos agricultores clareavam a floresta para expandir suas lavouras. Terceiro, a floresta providencia muitas coisas boas como as plantas medicinais.... A única coisa que os moradores ainda podem fazer é coletar lenha, mas os guardas da QMM devem supervisionar a todos os que quiserem fazer isso...

No passado, a comunidade local manejava a floresta diretamente, eles cobravam uma taxa aos turistas que visitavam a floresta e sua biodiversidade. O número de turistas aumenta a cada ano, e agora muitos estudantes do exterior vêm para desenvolver pesquisas científicas. Essas visitas melhoram a renda dos moradores.

Esses benefícios [agora] desapareceram... Agora o pessoal da QMM etiquetam a maior parte dos animais que vivem na floresta. Em breve a QMM irá alegar que todos os animais etiquetados são deles...

Cheguei à conclusão de que só o governo pode idear um acordo para recuperar os direitos da comunidade local.... É um desafio enorme para as pessoas redigir uma carta e enviá-la às autoridades correspondentes. A maior parte de nós é analfabeta...A única oportunidade para os moradores de St Luce de expressar suas reclamações é através de entrevistas como esta.”

Bruno, um homem de 43 anos relembra: “No passado, havia uma floresta densa, mas desde que a QMM começou a manejá-la, é como se a floresta tivesse diminuído... Isso fez com que fosse mais difícil nossa sobrevivência, já que nossas vidas dependem diretamente dos produtos florestais... Nossas crianças irão ter dificuldades para encontrar madeira para a construção e não terão dinheiro para comprá-la em outros lugares...

Outro problema é a restrição na coleta de lenha, apesar de ser o meio principal para nós cozinharmos nossas comidas. [Agora] as pessoas são obrigadas a ir até Fort Dauphin para comprar carvão...

Se alguém vem de visita a minha casa, nosso costume é oferecer a ele alguma coisa para comer... Agora eu não tenho lenha, eu não posso preparar uma comida... Sou obrigado a sair para buscá-la... [O visitante] poderia sair sem comer nada, o que na minha cultura seria uma vergonha para mim.”

Zanaboasty, homem de 58 anos, explica “[A QMM] tira proveito de nossa situação, de nós sermos fracos demais para fazer oposição. Além disso, nós não temos educação; então nós temos que aceitar- contra nossa vontade- o que eles [propõe].” Zanaboasty resume a situação ao descrever a WMM como “a bain-tany”- literalmente ‘uma ferida da terra’, expressão que significa ao mesmo tempo dificuldade e privação- e que ele agora não tem “nenhuma oportunidade de me dar bem na vida e de providenciar um futuro melhor para minha família.”

Extraído e adaptado de: “Madagascar. Voices of Change”, Andrew Lees Trust & Panos Londres, 2009. O documento na íntegra está disponível em: <http://www.andrewleestrust.org/Reports/Voices%20of%20Change.pdf>

- Honduras: expansão de camaroneiras dentro da área protegida e Sítio Ramsar

As zonas úmidas são ecossistemas com uma alta biodiversidade que permanecem perene ou temporariamente alagados por águas frescas, salobres, mistas ou marinhas com uma profundidade máxima de 6 metros. Em certos casos formam pântanos, marismas, turfeiras, lagos ou lagoas, geralmente acompanhados de pastagens, algas marinhas, mangues ou outra vegetação. Em outros, as zonas úmidas permanecem secas temporariamente e sem vegetação, aparentando desertos que se tornam produtivos e cheios de vida durante a época das chuvas.

Os ecossistemas de manguezal, incluídos as restingas, lagoas, pântanos, pastagens, etc. são chamados terrenos sem utilidade por empresários hoteleiros, camaroneiros e outros “desenvolvimentistas” que assim justificam que sejam usados para hotéis, restaurantes, granjas camaroneiras, etc., sem se importarem com o dano ambiental, social e econômico que é causado à humanidade.

A Convenção Ramsar tem como encargo velar pela conservação das zonas úmidas, reconhecendo assim a importância de sua biodiversidade, além de sua função na conservação de aquíferos, a recuperação de pescarias, a diminuição da erosão, a proteção contra ventos e tormentas, bem como seqüestrador de carbono e de poluentes, como regulador da salinidade em águas subterrâneas, como base da soberania alimentar.

Honduras é uma das partes contratantes da Convenção Internacional Ramsar, e se orgulha de ter designado e manter sob medidas de conservação 5 “sítios Ramsar” que em conjunto totalizam 223.320 hectares de zonas úmidas supostamente “sob proteção estatal”. Mas o que acontece em parte do “sítio Ramsar” revela que se trata de uma falsa “proteção”.

O ecossistema de zonas úmidas costeiras tropicais da Berbería, município de Triunfo, departamento de Choluteca, está irrigado por esteiros ao longo dos quais estão os manguezais e espalhados há pastagens, poáceas, leguminosas e outra vegetação sobre terrenos planos e salinos chamados restingas. Este conjunto abriga uma ampla biodiversidade residente e migratória que se inter-relaciona com comunidades de pescadores e permite que eles tenham acesso à lenha, caça, pesca e lazer.

A expansão da aquicultura do camarão começa em Honduras em 1972, e em 2010 continua em expansão, sem nenhum plano de desenvolvimento. Seu único meio de controle são as doenças do camarão, a queda dos preços no mercado internacional, a queda da demanda e às vezes a pressão das comunidades. No entanto, a destruição, poluição, despejo das comunidades e despojamento de recursos naturais têm causado um movimento social que visa diminuir os impactos. A organização CODDEFFAGOLF, que lidera o movimento desde 1988, tem como objetivo conseguir que as zonas úmidas do Golfo de Fonseca sejam declaradas como Área Protegida.

O CODDEFFAGOLF apresentou uma proposta de Área Protegida que inclui em seus limites segmentos de camaroneiras, com a finalidade de deter sua expansão, chamando-as de “uso intensivo”. Em julho de 1999, durante a Convenção Internacional RAMSAR, os camaroneiros de Honduras (ANDAH) ficaram surpresos ao saber que Honduras tinha obtido a designação das zonas úmidas costeiras do Golfo de Fonseca (manguezais, lagoas, playones e outros sistemas frágeis) como “sítio Ramsar”, que ganharam o nº 1000 na lista de zonas úmidas do mundo, com o conseqüente compromisso de conservá-las.

Em 2000, depois de maciças mobilizações de pescadores e de negociações forçadas com o setor camaroneiro, a Berbería foi incluída entre as Áreas Protegidas do Golfo de Fonseca. Parecia que o objetivo tinha sido cumprido pois se esperava deter a expansão camaroneira e submeter o restante das zonas úmidas a medidas de conservação. Mas, poucos meses depois da publicação do Decreto, a empresa espanhola conhecida como El Faro transformou mais de 100 hectares de zonas úmidas da Área Protegida a Berbería em tanques camaroneiros. Enquanto isso, a empresa EMAR I avançava sem licença ambiental sobre dezenas de hectares.

Em 2004, o Tribunal centro-americano da Água condenou o governo de Honduras, as camaroneiras El Faro, Granjas Marinas San Bernardo e o Banco Mundial por contaminação e destruição das zonas úmidas. O veredicto é de condena ética e moral e, portanto, não vai além de distrair um pouco os culpados.

Em 2005, os camaroneiros da ANDAH obstaculizaram a aprovação dos Planos de Manejo e só diante da pressão local, nacional e internacional concordaram na apresentação e aprovação dos Planos de Manejo para o “Sub-sistema de Áreas Naturais Protegidas da Zona Sul”, que incluem a “Berbería”.

No entanto, a expansão sobre as zonas úmidas continuou, estimulada pela alta demanda internacional de camarão. Em janeiro de 2010, a Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente (SERNA) outorgou licença ambiental à EMAR II para a construção de uma camaroneira em 169 hectares, em uma tramitação extraordinária de apenas 5 dias (21-26 de janeiro). Nesse curto período também foi entregue uma licença à EMAR I, que estava operando havia vários anos sem licença ambiental. Três Departamentos da SERNA emitem ditame favorável em apenas um dia, antes da posse de um novo governante!

Como se não bastasse, a empresa EXCASUR esperou que a EMAR II concluísse impunemente sua camaroneira para avançar sobre outras dezenas de hectares, alegando ter uma Licença Ambiental obtida em 15 de dezembro de 2009. O que resulta irônico e cínico é que em todos esses casos a polícia e até o exército têm estado protegendo as operações, os equipamentos e as instalações camaroneiras. No entanto, o presidente do Conselho Hondurenho da Empresa Privada (COHEP), expressou que: “Precisamos de maior segurança porque enquanto os camponeses no Baixo Aguan tentam recuperar terras, no Sul (Golfo de Fonseca) “tomaram” uma camaroneira e assim não é possível trabalhar porque isso afasta os investimentos”...

Para provar a fraude dos funcionários governamentais confabulados com os empresários, o CODDEFFAGOLF decidiu realizar uma avaliação em campo, da qual resulta que, em nível local, até o dia 5 de março de 2010, mais de duzentos

hectares de zonas úmidas somam-se a outros milhares que têm sido transformados em granjas camaroneiras nas zonas úmidas do Golfo de Fonseca. Na Berbería, a vida silvestre perdeu quase todo seu habitat e os pescadores perderam ou lutam pelo acesso aos manguezais, a suas fontes de alimento e por sua sobrevivência. Além disso, pressionam diretamente as empresas à procura de medidas de compensação social.

No nível nacional, o desprestígio do sistema legal hondurenho é quase total. As instituições responsáveis pelo trabalho em prol da conservação do ambiente agem como subalternos dos grupos empresariais que recentemente participaram de um Golpe de Estado e que, aparentemente, continuam no poder por trás da máscara de uma nova democracia. O diretor da ANDAH, irmão do ex-ditador Micheletti, obteve a assinatura de convênios entre a ANDAH e instituições do governo bem como de acordos que atentam contra os recursos naturais; convênios e acordos que continuam em vigor no novo governo.

No nível internacional, a Convenção Ramsar parece ignorar esta situação, que não é exclusiva de Honduras. Mesmo que a conhecesse, seu limitado poder só levaria a aconselhar o governo de Honduras sobre a introdução de melhoras em seu comportamento. A União Mundial para a Natureza e Oxfam Novib da Holanda, junto ao Fundo para a Vida Silvestre (WWF-USA), entre outras ONGs internacionais, deixaram seu interesse na conservação e agora passaram a estar no negócio da certificação da aquicultura do camarão e de outras espécies aquícolas.

A Berbería é um exemplo minúsculo do que acontece em todos os países da região tropical do planeta, onde a soma dos impactos contribui, entre outros, à mudança climática, à destruição da diversidade biológica e à perda da soberania alimentar.

Enquanto a insaciável demanda pelo camarão continuar na Europa, Japão, Estados Unidos e Austrália, os ecossistemas de zonas úmidas continuarão desaparecendo. Por acaso, isso é importante?

Extraído e adaptado de: "Consumismo en países desarrollados causa destrucción de Humedales en el trópico", Jorge Varela Márquez, CODDEFFAGOLF, março de 2010. O documento na íntegra com fotos pode ser lido em:

<http://www.wrm.org.uy/paises/Honduras/Consumismo.pdf>

[início](#)

- Indonésia: projeto REDD- muitas ameaças, nenhuma solução

No mês passado, foi anunciada uma nova Parceria do Carbono Florestal australiano-indonésia sob o programa de Iniciativa Internacional do Carbono Florestal- uma iniciativa do governo, com implementação conjunta da AusAID e o Departamento de Mudança Climática. O projeto experimental de A\$ 30 milhões financiado por REDD (Redução das Emissões do Desflorestamento e a Degradação) será implementado na província de Jambi localizada na costa leste da Sumatra Central.

As florestas de Jambi estão vivenciando altas taxas de desmatamento em decorrência da expansão desenfreada das plantações de dendezeiros e de árvores para celulose por parte de empresas multinacionais bem como das atividades de extração de madeira e de mineração. O distúrbio ecológico tem acarretado secas, incêndios florestais na estação seca, e inundações e desmoronamentos na estação de chuvas.

Supostamente destinado para pagar se não forem clareadas as florestas e assim reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, o projeto REDD foi denunciado por ONGs indonésias e australianas como uma mera “fonte de crédito barato para o aumento das emissões na Austrália”, afirmou Arif Munandar, Diretor Executivo Regional da WALHI (Amigos da Terra- Indonésia) de Jambi.

“O modelo do Ministério da Fazenda aponta que o governo [australiano] planeja atingir sua meta de redução de emissões de 5% (30,75 MtCO₂) com a compra de 46MtCO₂ de compensações fora do país, ou seja pretende comprar mais toneladas de compensação de carbono antes do que reduzir as emissões!

Sem a compensação o modelo aponta que nossas emissões aumentariam de fato em 5%”, explicou James Goodman da Amigos da Terra- Austrália, que acrescentou que tais “compensações” não reduzem as emissões globais de carbono, mas providenciam uma perigosa cortina de fumaça detrás da qual o governo da Austrália pode esconder sua falta de medidas quanto à mudança climática e o uso continuado de combustíveis fósseis.

Muitas organizações sociais partilham essa preocupação. Uma declaração do Grupo Durban pela Justiça Climática contra os Programas de Redução de Emissões do Desflorestamento e a Degradação expressa que: “As novas licenças para poluir que serão geradas pelos projetos REDD estão projetadas de forma tal que obstruem a única solução viável para a mudança climática: deixar o petróleo, o carvão e o gás no subsolo”. “Como os créditos do MDL, eles exacerbam a mudança climática ao fornecer incentivos aos países industrializados e empresas para adiar seu compromisso de uma mudança estrutural radical afastada da dependência de combustíveis fósseis dos sistemas de produção, de consumo e de transporte que é necessária para enfrentar o problema climático. Eles desperdiçam longos períodos de tempo que o mundo já não tem.” (2)

É difícil acreditar nas boas intenções para evitar o desmatamento quando, como Chris Lang relembra (vide Boletim Nº 145 do WRM), “A Indonésia foi o primeiro país do mundo que estabeleceu uma legislação sobre os investimentos REDD. No início do ano, o mesmo governo indonésio decidiu permitir a expansão de plantações de dendezeiros em turfeiras. Para plantar árvores para celulose ou dendezeiros nas turfeiras, a terra deve ser clareada e drenada, o que libera milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. As autoridades também permitiram que as empresas cortassem florestas nativas e fazem a vista grossa quando usam madeira ilegal.”

A WALHI – Jambi e a Amigos da Terra – Austrália também receiam “que os projetos REDD irão minar os direitos dos povos indígenas e dos povos que dependem das florestas nessa área. Em setembro de 2009, o Comitê das Nações Unidas sobre Discriminação Racial escreveu [para o governo da] Indonésia a fim de expressar sua preocupação sobre o fato de os regulamentos REDD no país não respeitarem os

direitos dos povos indígenas. Os documentos do projeto australiano-indonésio REDD de Kalimantan não garantem os direitos dos povos indígenas na área.”

Tal como muitos alertaram, por baixo dos projetos REDD cresce a apropriação de terras e as transações financeiras são promovidas em benefício das grandes empresas. Enquanto isso, nosso futuro comum está aquecendo.

(1) <http://www.foe.org.au/news/2010/sumatran-forest-carbon-deal-slammed-by-australian-and-indonesian-environment-groups>

(2) <http://www.wrm.org.uy/COP15/durban.pdf>

[início](#)

- Mesoamérica: manifesto de comunidades sobre áreas protegidas

O conceito de áreas protegidas, nascido no século XIX nos Estados Unidos como uma idéia de conservação através do estabelecimento de “parques nacionais”, fez parte da colonização do “Oeste Selvagem” e tem sido em muitos casos um instrumento que serviu para a apropriação de território indígena que passou às mãos de Estados, centros de pesquisa ou interesses empresariais.

Se bem um organismo internacional como a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) reconheceu que na hora de estabelecer uma área protegida era necessário respeitar os direitos dos povos indígenas a suas terras e reconhecer o valor de suas formas de vida, a grande maioria das áreas protegidas estabelecidas desde então têm violado esses direitos.

No passado mês de março, na cidade de Mérida, Yucatán, México, teve lugar o III Congresso Mesoamericano de Áreas Protegidas. Paralelamente, os povos indígenas, as comunidades locais e afro-descendentes do México, Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá se reuniram no Terceiro pré-congresso de povos indígenas, comunidades locais e afro-descendentes da Mesoamérica sobre áreas protegidas e direitos territoriais, a fim de reivindicar “que estamos neste território desde tempos imemoráveis e antes da conformação dos atuais Estados- Nação”.

Do encontro surgiu a “Declaração de Yucatán” (1), na qual reafirmam que, “Em nossa concepção ancestral, o território vai além do espaço físico porque nele nascemos, crescemos e nossa cultura se reproduz, e é lá onde devemos continuar a vida após a vida; também representa a segurança e a continuidade das futuras gerações.

A territorialidade é onde desenvolvemos nossa condição de sujeitos de direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais na autogestão do Bom Viver e a continuidade histórica de nossa cosmovisão.”

Esta reafirmação resulta pertinente haja vista o acontecido nos últimos quarenta anos, em que os ricos territórios indígenas da região “têm sido objeto de reiterados sistemas colonialistas de despojo, expropriação, biopirataria, bioprospecção, alienação, declaração de áreas protegidas e megaprojetos”.

Nesse contexto, a declaração reclama o reconhecimento do direito dos povos

indígenas, das comunidades locais e afro- descendentes à livre determinação e a reservar-se o direito de estabelecimento de áreas de gestão/ conservação sob seus próprios sistemas normativos e instituições, garantido por um quadro jurídico implementado em cada um dos Estados da Mesoamérica. Portanto, “os Estados não declararão áreas protegidas ou de conservação de qualquer tipo nas terras e territórios que os povos indígenas, as comunidades locais e afro-descendentes, histórica ou tradicionalmente, têm usado, possuído ou ocupado, sem o consentimento livre, prévio e informado”. Nos casos em que foram declaradas áreas protegidas sem o consentimento livre, prévio e informado, exige-se que se iniciem processos de restituição de terras e territórios.

A declaração alerta contra projetos impulsionados pelos governos nacionais tais como o Corredor Biológico Mesoamericano, o Plano Mérida, a Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental ou o programa de Redução de Emissões derivadas do Desflorestamento e Degradação (REDD), que envolvem diretamente os territórios indígenas e que, portanto, deveriam garantir a participação plena e efetiva das comunidades locais.

Em definitivo, o que está em jogo é a livre determinação dos povos e seu direito ao Bom Viver.

(1)

http://www.indigenouspeoplesissues.com/attachments/4378_Declaracion_Yucatan.pdf

[início](#)

- Equador: a floresta do Pambilar, uma longa luta em sua defesa

O Pambilar passou para a história do Equador por se tratar de 3123 hectares de floresta nativa do Chocó que desde 1997 têm sido disputados entre camponeses e a empresa madeireira Bosques Tropicales S.A. Borrosa, do grupo empresarial Peña Durini.

O Pambilar faz parte do quase já inexistente Chocó equatoriano, e é reconhecido como um dos 10 hotspots de biodiversidade em nível mundial. Em 1997, desconhecendo isso, o Instituto de Desenvolvimento Agrário adjudicou ilegalmente o Pambilar em favor da empresa Endesa Botrosa para ser explorado florestalmente. Tal concessão desconsiderou os habitantes do local, camponeses e colonos que usavam a floresta e cuja economia estava parcialmente baseada neste ecossistema. Também não levou em consideração que se tratava de Patrimônio Florestal do Estado e que, portanto, não podia dispor dele dessa forma. No entanto, esse tipo de ilegalidades que favorecem grandes empresas têm sido muito comuns no país e em geral na América Latina.

O conflito surgiu quando os camponeses do terreno “El Pambilar”, da paróquia Malimpia da província de Esmeraldas, não cederam à pressão imposta às florestas por parte da empresa madeireira BOTROSA. Eles habitavam o local havia 20 – 24 anos, em pequenos assentamentos espalhados formados por 10 a 15 famílias colonas provenientes de diversas províncias do país. A essa mesma região de patrimônio estatal sobre a qual essas famílias têm direito de posse, entrou em 1997

a madeireira BOTROSA, com o objetivo de extrair madeira.

Diante da negativa de vender que alguns moradores apresentaram, trabalhadores da empresa, guardas privados e policiais incendiaram moradias camponesas; destruíram lavouras, sementes, ferramentas, utensílios domésticos; lançaram gases a homens, mulheres e crianças.

A perda de seus pertences e as agressões físicas forçaram algumas famílias a abandonar suas terras. Outras cederam seus direitos de posse à empresa.

Depois da destruição, a empresa se dedicou a semear pastagens sobre os entulhos para que as evidências desaparecessem. No período de um ano foram queimadas aproximadamente 35 moradias.

Esse clima de violência tornou-se uma constante na região. A empresa contava com um contingente armado (entre 10 e 50 pessoas) para dissuadir, inclusive com ameaças de morte, os moradores que circulavam pela região.

Mas a guerra pela defesa do Pambilar não era apenas no campo, mas também nas instâncias jurídicas do Estado. Foi assim que, várias instituições governamentais se manifestaram de várias formas, apontando a ilegalidade da adjudicação em favor da Botrosa e em prol da conservação do Pambilar.

A Defensoria do Povo emitiu em 2001 uma resolução na qual declara que a adjudicação feita em favor da Botrosa é ilegal e insta para esta floresta retornar ao Estado. Em termos semelhantes manifestam-se o Ministério do Ambiente em 2001, o Congresso Nacional em 2001, a Comissão de Controle Cívico da Corrupção em 2001, o Tribunal Constitucional em 2002, a Controladoria Geral do Estado em 2003. Finalmente, em 2008, o Tribunal Constitucional profere sentença de última instância deixando sem efeito a adjudicação de 3123 hectares de floresta úmida tropical e ordenando que terreno seja devolvido ao Estado. Durante mais de DEZ ANOS, seis das instituições mais importantes do Estado emitiram sentenças em favor da conservação do Pambilar e seus habitantes; no entanto, a empresa, através de tramóias, corrupção e armadilhas, conseguiu permanecer na floresta da qual tomou posse ilegalmente.

Foi necessário que a nova Assembléia Nacional tomasse cartas diretamente no assunto para conseguir que afinal fosse executada a sentença do Tribunal Constitucional e que pelo menos no papel o Equador recuperasse o Pambilar.

Nesse ínterim e em meio desse contexto, José Antonio Aguilar e sua mulher Yola Garófalo foram assassinados no dia 24 de fevereiro de 2010. Poucos dias antes de sua morte, uma emissora nacional reproduzia o testemunho que José Aguilar dava sobre as agressões que tinha recebido por parte da Botrosa para forçá-lo a vender sua floresta.

Esse assassinato é um antecedente perigoso para todos os defensores da natureza. Com a morte deste casal a mensagem que pretendiam dar aos habitantes locais é de indefensabilidade, de impunidade do intocável poder econômico e político que maneja suas redes e marionetes para apagar a voz de todos aqueles

que se opõem a suas decisões. Se for espalhada a notícia de que em Esmeraldas é possível apropriar-se de florestas e terras através do assassinato de seus donos, na outrora província verde não restarão nem florestas nem moradores, apenas desolação e desertos.

É por isso que a declaração do Pambilar como Floresta Protetora nos deixa um sabor agridoce nos lábios. A tranqüilidade e a satisfação virão com a justiça, quando no país for materializada uma investigação real para descobrir os culpados, idealizadores, cúmplices e encobridores destes crimes.

Não basta com que a Botrosa tenha saído do Pambilar; é necessário iniciar um processo de justiça social e ambiental para reparar os danos ambientais e sociais que provocaram e continuar com as investigações recomendadas pelo relatório da Controladoria no restante do Bloco 10 do Patrimônio Florestal do Estado.

A família Aguilar- Garófalo, suas comunidades, seus companheiros, seu país- todos nós exigimos que este crime não fique impune. Exigimos que haja reparação para aqueles que há mais de dez anos estão afetados pela omissão do Estado: que sejam reconhecidas as moradias queimadas, as lavouras destruídas, as famílias destruídas, a vida quotidiana sob o terror da violência, a justiça parcializada.

A declaração do Pambilar como Floresta Protetora é apenas meio passo. O caminho é longo e pelo bem de todos nós é imperativo percorrê-lo.

Por Acción Ecológica, correio eletrônico: info@accionecologica.org

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto realizam intercâmbio de experiências em Minas Gerais

Nos dias 19 e 20 de março deste ano, membros de comunidades e movimentos camponeses, indígenas e quilombolas dos estados do Espírito Santo e da Bahia que lutam para conquistar seus territórios invadidos por empresas que exploram a monocultura de eucalipto, realizaram uma visita de solidariedade e de intercâmbio às comunidades de Raiz e Vereda Funda no município de Rio Pardo, norte de Minas Gerais. Essas são duas comunidades que estão na luta pela reconquista do seu território tradicional.

Há mais de 30 anos que a região do norte de Minas Gerais foi tomada por empresas para explorar a monocultura de eucalipto para fins de carvão, fonte energética para a produção de ferro e aço nas dezenas de siderúrgicas localizadas neste estado. A invasão do eucalipto foi devastadora: as empresas conseguiram plantar mais de 1 milhão de hectares de eucalipto, formando uma das maiores áreas contínuas desta monocultura no mundo.

As empresas se interessavam principalmente pelas terras planas, as chamadas 'chapadas', que eram terras onde as comunidades tradicionais dessa região,

chamadas de geraizeiras, soltavam o gado e coletaram as inúmeras frutas e plantas medicinais do cerrado. Com isso, as comunidades ficaram encurraladas nos vales e seus córregos e nascentes secaram. Além disso, elas foram privadas da sua liberdade de ir e vir no seu próprio território e elas estão até sendo criminalizadas, cada vez que tentam coletar lenha nas chapadas. A grande promessa das empresas era emprego. Mas no município de Rio Pardo de Minas, os mais de 90 mil hectares de eucalipto geram menos empregos do que a produção artesanal de cachaça que com 1.150 empregos ocupa apenas 2.500 hectares. Vale lembrar que os empregos gerados na monocultura do eucalipto são em sua maioria degradantes, trabalhos realizados em más condições, comprometendo a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores.

Incentivadas pela articulação e encontros promovidos há cerca de 10 anos pela Rede Alerta contra o Deserto Verde - uma Rede que articula as comunidades que resistem à monocultura do eucalipto e lutam por seus territórios -, diversas comunidades do norte de Minas Gerais começaram a se articular para retomar seu território. Duas das comunidades que estão travando esta luta são Vereda Funda e Raiz.

As 130 famílias de Vereda Funda foram as primeiras na região para retomar seu território. São 5 mil hectares de chapada que eram usadas coletivamente e que foram arrendadas pelo governo do estado de Minas Gerais à empresa Florestaminas. Depois de terminar o contrato e inspirados pela luta dos índios Tupiniquins e Guaranis do Espírito Santo, a comunidade, em 2005, retomou a área de 5 mil hectares com o apoio da Via Campesina.

Depois de muita luta, enfrentamentos e perseguição, a comunidade conseguiu definitivamente ter o controle da área que agora está sendo repassada pelo estado de Minas Gerais para o INCRA -instituição federal para a reforma agrária - para que seja criado um assentamento agro-extrativista. Neste assentamento, cada família terá sua área para plantio, e haverá também áreas coletivas para a atividade agro-extrativista e para soltar o gado. A própria comunidade com apoio do sindicato de trabalhadores rurais de Rio Pardo de Minas e do Centro de Agricultura Alternativa de Minas Gerais fez um plano de reocupação do território e um mapa, com áreas para recuperação ambiental do cerrado e outras para roças. A Embrapa Cerrados vem contribuindo com pesquisas na comunidade neste sentido. A retomada do território provocou um novo ânimo na comunidade, principalmente entre os mais velhos, já que com a retirada do eucalipto da área as nascentes começaram a rebrotar e os animais silvestres voltaram. Além disso, a comunidade reconquistou algo fundamental: a sua liberdade.

A comunidade de Vereda Funda mostrou aos visitantes no seu centro comunitário uma experiência de um sistema agroflorestal e levou as visitas à campo para conhecer uma roça com plantios de milho, feijão, arroz, mandioca e outras culturas numa terra que já foi plantada com eucalipto. Nessa área, querem plantar várias culturas juntas de forma agro-ecológica, em substituição ao plantio químico e monocultural do eucalipto. Também visitamos uma agroindústria de doces, onde trabalha um grupo de mulheres que com esta atividade já estão conseguindo gerar mais renda e trabalho.

A comunidade de Vereda Funda serviu de espelho para o surgimento de outras lutas pela terra, a exemplo da comunidade de Raiz, que também foi visitada. Esta comunidade, com 40 famílias, teve 3.600 hectares do seu território tradicional grilada nos anos 1980 para a exploração do eucalipto, atualmente em mãos da empresa Replasa. A monocultura de eucalipto assoreou os nascentes o que significou que as famílias tiveram que subir a chapada para ter áreas de plantio. No entanto, a empresa ocupou toda a chapada, encurralando as famílias nos vales. No processo de luta, a comunidade descobriu que esses vales onde moravam era considerada pela empresa como sua reserva legal. Dessa forma, as famílias tomaram ainda mais consciência de que, se não tomassem uma atitude, seriam expulsas daquele lugar e, indignadas com essa descoberta, decidiram iniciar a luta para ter seu território de volta.

Com a ajuda dos mais velhos, a comunidade de Raiz começou a delimitar a área da comunidade o que resultou num mapa. Segundo este mapa, a comunidade perdeu cerca de 3.600 hectares para a empresa Replasa. Em seguida, a comunidade se mobilizou, e fez publicamente a auto-demarcação deste seu território, novamente a exemplo dos índios Tupiniquins e Guaranis do Espírito Santo e da Comunidade de Vereda Funda. Depois disso, pararam as máquinas da empresa que estavam tirando os troncos de árvores nativas do cerrado para poder plantar novamente eucalipto. Em seguida, em dezembro de 2009, com o apoio da Via Campesina, a comunidade retomou finalmente seu território tradicional com a construção de um acampamento onde ela resiste até hoje, mesmo com uma liminar de despejo que ameaça a continuidade da ocupação.

Segundo os participantes, este intercâmbio e visita de solidariedade foi muito importante para o fortalecimento e a animação das lutas, tanto daquelas de Raiz e Vereda Funda, bem como as das comunidades e movimentos no Espírito Santo e na Bahia. E são muitas lutas. Só no município de Rio Pardo, existem pelo menos 18 conflitos envolvendo as empresas de eucalipto!

Para as pessoas das regiões onde o avanço do eucalipto ainda está na fase inicial, como em algumas regiões da Bahia, a experiência das comunidades visitadas serviu de exemplo para buscar evitar o mesmo processo nessas regiões. As comunidades de Minas Gerais deram também uma aula prática sobre a importância da resistência, principalmente Raiz neste momento em que está sendo seriamente ameaçada de ser despejada da área retomada. Chamou atenção também a força das mulheres, que estão presentes e participam ativamente nesta luta. Outro aspecto é a importância do plantio de alimentos no lugar do eucalipto e as diversas experiências mostradas que busquem colocar em prática os princípios da agroecologia.

No final do encontro, após uma avaliação bastante positiva por todos os/as participantes, as pessoas presentes propuseram dar continuidade aos intercâmbios como um instrumento fundamental para animar, socializar e fortalecer a luta nos diversos estados. Além disso, os participantes mostraram um grande interesse para continuar se articulando em diversas frentes como reforçar o conhecimento e intercâmbio sobre o reflorestamento com árvores nativas, a promoção da agroecologia, a formação política-ideológica e a realização conjunta de apoio mútuo às

lutas concretas contra a expansão da monocultura de eucalipto e pela retomada dos territórios dos quilombolas, indígenas, geraizeiros e camponeses.

Winnie Overbeek, Rede Alerta contra o Deserto Verde e Cepedes/BA, 23 de março de 2010

início

- Brasil: indignação pela morte de um morador por parte de guardas da Fibria Celulose

No dia 16 de março de 2010, Henrique de Souza Pereira, de 24 anos de idade, foi morto por uma equipe de guardas de uma empresa de 'segurança' contratada pela Fibria, ex -Aracruz Celulose e sócia da Stora Enso na companhia Veracel Celulose.

Eles alegaram que Henrique estava roubando madeira de uma área da empresa plantada com eucaliptos e que ele tinha respondido 'agressivamente' quando foi solicitado a abandonar a área. O pai de Henrique, Osvaldo Pereira Bezerra, estava com ele e durante o incidente, teve seu braço quebrado. Afinal, Henrique morreu por causa das feridas porque depois de atirarem nele, os seguranças deixaram a área e só voltaram com uma ambulância depois de 40 minutos.

Como o comunicado de imprensa do Fórum Sócio-Ambiental do Extremo Sul da Bahia e a Rede Alerta contra o Deserto Verde relembra, Henrique era "um dos inúmeros vizinhos das extensas áreas de eucaliptos que tentam sobreviver encurralados em pequenas propriedades. Outro assassinato ocorreu em 2007 quando Antônio Joaquim dos Santos, geraizeiro, foi morto pela milícia da V&M Florestal, quando estava coletando lenha em uma área de eucaliptos da empresa. Cabe salientar que tanto a V&M Florestal quanto a Fibria tinham no momento em que esses incidentes aconteceram o certificado internacional FSC que informa ao consumidor que a produção provém do "manejo florestal socialmente benéfico".

O comunicado acrescenta que "no extremo sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, dezenas de moradores, trabalhadores sem-terra e especialmente quilombolas vêm sendo criminalizados e perseguidos, porque supostamente eles 'roubam' madeira da companhia instalada nas terras que sempre têm pertencido coletivamente a essas comunidades e que sempre garantiram seu sustento. No dia 11 de novembro de 2009, o governo do estado do Espírito Santo levou a efeito, na comunidade quilombola de São Domingos, uma ampla ação policial com 130 policiais armados com fuzis e metralhadoras, cães e cavalos, prendendo 39 quilombolas".

A raiz do conflito ainda não foi resolvida. Enquanto as grandes empresas plantadoras como a Fibria continuam recebendo apoio e inclusive verbas públicas para expandirem suas áreas de plantações de monoculturas de eucaliptos- a Fibria atualmente ocupa mais de 1 milhão de hectares no Brasil- a reforma agrária e a demarcação das terras quilombolas, indígenas, camponesas e geraizeiras ficam no esquecimento.

As preocupações manifestadas no comunicado de imprensa são mais do que relevantes: “Em face do que aconteceu, a gente poderia perguntar: qual é esse desenvolvimento econômico e social que destrói a vida dos habitantes locais? Que ignora os direitos das comunidades e destrói a esperança das pessoas? É inaceitável que uma companhia com essas práticas possa obter selos de suposta ‘sustentabilidade’ tais como o FSC e o Cerflor, além dos muitos selos de sustentabilidade’.”

Baseado no comunicado de imprensa “Milícia armada da Fibria (Aracruz) mata morador local na Bahia”, Fórum Sócio Ambiental do Extremo Sul da Bahia e Rede Alerta contra o Deserto Verde, 23 de março de 2010.

início

- África do Sul: árvores exóticas sedentas em um país com escassez de água

A GeaSphere e a EcoDoc acabam de divulgar o relatório de Liane Greeff da EcoDoc África, intitulado “Thirsty alien trees, no water left and climate confusion – what version of sustainable development are we leaving our children” (“Árvores exóticas sedentas, escassez de água e confusão climática- que versão de desenvolvimento sustentável estamos deixando a nossas crianças”). O documento salienta a dramática contradição da expansão das plantações industriais com uso intensivo de água na África do Sul sob os programas de desenvolvimento planejado, e a escassez de recursos hídricos no país. É um relatório meticuloso que recomendamos especialmente e que pode ser lido em <http://www.geasphere.co.za/articles/thirstytreesnowater.htm> Liane Greeff elaborou o resumo a seguir a fim de mostrar aos leitores do WRM uma breve visão do relatório.

Não há água suficiente para a atual abordagem desenvolvimentista planejada para a África do Sul, e portanto, nós precisamos re-analisar o nexos impossível entre nossos escassos recursos hídricos, os impactos potenciais da mudança climática, nossa decisão de estabelecer plantações madeireiras com uso intensivo de água, e a problemática da segurança alimentar no longo prazo. Precisamos entrelaçar esses fios de forma tal que faça as ligações com as questões mais abrangentes do desenvolvimento sustentável que nosso planeta está enfrentando e o atual rumo de colisão da humanidade com uma crise climática desconhecida. A questão que precisamos colocar a nós mesmos (como espécie) é “Por que nossa geração não está fazendo alguma coisa enquanto ainda podemos, e por que nossos líderes não estão nos conduzindo?”

A África do Sul é o 30º país mais seco do planeta, e conforme uma recente estatística a África do Sul já está usando 98% da água disponível e nos próximos anos irá ter um déficit hídrico. Exacerbam essa situação as calamitosas previsões da mudança climática que indicam que a África será muito afetada, sendo provável que a África do Sul em particular tenha menor pluviosidade na maior parte da região com maiores períodos de seca e maior quantidade de tempestades. Ao juntar essas afirmações, elas retratam um panorama desolador para a disponibilidade de água em nosso futuro.

Nossos líderes, porém, aparentemente continuam com seus negócios como sempre através de uma abordagem de planejamento macro-econômico. A maior parte dos projetos de desenvolvimento planejados, como por exemplo, os 150.000 hectares de plantações madeireiras em Cabo do Leste- uma região propensa às secas- usam água de forma intensiva e parece que desconsideram o fato de a África do Sul ser um país árido e com escassez de água. Na verdade, a África do Sul precisa tomar mais consciência dos limites de nossos recursos naturais.

A história das plantações madeireiras e a pesquisa dos hídricos: Desde 1935, a África do Sul vem pesquisando sobre as plantações madeireiras e seu uso de água devido às reclamações que se desencadeiam quando as plantações começam a secar os trechos baixos dos rios. Isso envolveu setenta anos de pesquisa hidrológica em Jonkershoek e outros lugares, usando o método dos pares de bacias, que mostrou que as plantações provocavam significantes reduções de caudal que variam conforme as espécies. Para os pinheiros, calculou-se que há uma redução de 30-40mm do caudal por 10% de plantação em bacia, no uso máximo da água, e usando cerca do equivalente a 400-450 mm de chuva.

Os eucaliptos usam mais água- aproximadamente o equivalente a 600mm de chuvas- devido a sua capacidade de crescimento de raízes profundas que medem de 30 a 50 metros, e portanto podem “minar” a água subterrânea ou secar uma área de captação. Em uma área de captação sul-africana com solos profundos e reflorestada com eucaliptos, o curso de água pode secar completamente e só reaparecer de 3 a 4 anos depois de as árvores serem removidas. O volume de água que uma árvore usa depende de sua espécie, idade, tamanho, tamanho de sua copa, localização na paisagem, proximidade de um rio e de se está crescendo só ou faz parte de uma plantação. Em termos gerais, um eucalipto irá usar aproximadamente de 100 a 1000 litros de água ao dia e um pinheiro de 50 a 600 litros de água ao dia.

Pesquisas recentes revelaram que as plantações usam maiores proporções do caudal dos cursos de água durante períodos de pouca chuva e pouco caudal, se comparados com a redução média ao ano. Por exemplo, na África do Sul, a redução anual do caudal causada pelas plantações é de aproximadamente 3,2%. No entanto, o impacto é muito pior em períodos de caudal baixo quando as plantações reduzem o caudal dos córregos em 8%. Isso significa que quando há muita água, as plantações usam uma proporção menor, mas quando há limitações de água, as plantações usam uma proporção maior. Assim, se a água for escassa, as plantações usarão muita e a usarão antes de os outros usuários tiverem a oportunidade de usá-la.

Quanta água usam as plantações madeireiras? É difícil dar uma resposta exata. Conforme o Statistics South Africa, as plantações madeireiras usaram 10.828 milhões de m³ ou 16% da água da África do Sul em 2000 enquanto para o mesmo período a Estratégia Nacional para a gestão de Recursos Hídricos(NWRS) apontou que a água incremental usada pelas plantações madeireiras comparadas com a vegetação natural chegou a 1.460 milhões de m³ (3%) na África do Sul em sua totalidade. No entanto, a palavra “incremental” é importante já que dá a impressão que as plantações usam menos água da que realmente usam. A diferença entre essas cifras

é devida a que a Statistics SA Water Accounts reflete o uso de evapotranspiração das plantações de árvores enquanto a cifra da NWRS refere apenas ao uso incremental e a redução no caudal dos cursos de água. A organização ambientalista GeaSphere calculou que as plantações usarão uma quantidade de água 30 vezes maior cada dia do que os 25 litros por pessoa por dia estipulados como base de água livre para a população total. O que faz as plantações madeireiras bem diferentes é que as árvores usam a água antes de ela chegar aos cursos de água, o que significa que quando plantadas as árvores o uso da água fica comprometido.

Experiências comunitárias devido à escassez da água: as plantações impactaram sobre as comunidades de diversas formas. Primeiramente, as plantações cobrem 1,7 milhões de hectares de terras na faixa de maiores chuvas, e cerca de 40% dessas terras é reclamada pelas comunidades como terras ancestrais sobre as quais têm direitos. Em segundo lugar, as comunidades que moram rio abaixo das plantações têm seus recursos hídricos frequentemente secos e eles não tem acesso à água.

Plantações e outras plantas exóticas invasivas: Muitas das espécies usadas nas plantações tais como pinheiros, eucaliptos e acácias- negras são altamente invasivas e a África do Sul tem um enorme problema com as plantas invasivas que tomam conta de nossas paisagens naturais e usam enormes quantidades de recursos hídricos. Uma pesquisa recente aponta que nas condições atuais, a quantidade de água da África do Sul que se perde pela expansão de espécies exóticas pode aumentar do atual 3% para mais de 16%.

Predições de mudança climática para a África do Sul e a dupla carga dos mecanismos de desenvolvimento limpo que usam as plantações como sumidouros de carbono: o mecanismo de desenvolvimento limpo é uma das estratégias mais polêmicas quanto à mitigação da mudança climática já que possibilita o comércio com base no seqüestro de carbono ou na solução dos sumidouros, e assim as indústrias que emitem carbono no Norte podem continuar ou expandir-se se o volume equivalente for submerso em outro lugar, por exemplo, em uma plantação. O uso das plantações como sumidouros de carbono foi definido por alguns autores como o comércio de água para o carbono, enquanto outros estudos concluem que nos lugares onde as plantações podem causar ou intensificar a escassez de água, esse fator deveria ser explicitamente abordado ao considerar os programas de seqüestro de carbono. De fato, muitas organizações reclamam pelo fato de os programas de seqüestro de carbono implicarem frequentemente que as pessoas dos países em desenvolvimento paguem duas vezes pela mudança climática; primeiramente pela mudança climática per se, e em segundo lugar pelos freqüentes impactos devastadores associados com os projetos de desenvolvimento tais como as plantações de árvores e as grandes barragens.

Indústria de papel e celulose: outro fator que deve ser incluído na consideração das plantações e o uso da água é o volume de água usada e poluída através das plantas processadoras de celulose e papel. Ligado a isso está o consumo esbanjador de papel no mundo todo sendo que o uso global tem se multiplicado por cinco em 40 anos.

Conclusão

A intenção deste relatório é partilhar com vocês o quanto são sedentas as árvores exóticas são sedentas, tentando oferecer uma idéia de como as plantações estão espalhadas em termos de superfície territorial, e o tamanho do problema quanto à escassez de água disponível que esta geração está enfrentando. A respeito da mudança climática, o relatório argumentou que os custos especificamente em termos de uso da água e biodiversidade são altos demais e que as plantações não deveriam expandir-se ainda mais, e de fato quando possível, deveriam ser removidas, e que outras formas de seqüestro de carbono, tal como o aumento das concentrações orgânicas dos solo e a promoção da saúde das pradarias são preferíveis.

Por Liane Greeff , EcoDoc Africa, e-mail: liane@kingsley.co.za,
www.ecodocafrika.co.za

[início](#)

- RSPO: a impossível “maquiagem verde” dos negócios do óleo de dendê

Durante as últimas décadas, as plantações de dendezeiros têm se espalhado rapidamente na Ásia, África e América Latina, onde milhões de hectares já foram plantados e outros milhões estão planejados para os próximos anos. Essas plantações vêm causando problemas cada vez mais graves para as comunidades locais e o ambiente, que incluem conflitos sociais e violações de direitos humanos. Apesar disso, diversos atores- nacionais e internacionais- continuam promovendo ativamente esse plantio, contra os antecedentes de crescente oposição no nível local.

É nesse contexto que surge um programa de certificação voluntária - a Mesa Redonda de Óleo de Dendê Sustentável (RSPO)- com o objetivo de garantir aos consumidores que o óleo de dendê que consomem- em comestíveis, sabões, cosméticos ou combustíveis- tem sido produzido de forma “sustentável”.

Devido à importância da questão, o WRM elaborou um novo documento informativo: “RSPO: “maquiagem verde do escuro negócio do dendê”, disponível em: http://www.wrm.org.uy/publicaciones/RSPO_esp.pdf

Como o documento afirma, o principal erro da RSPO é que tenta fazer sustentável aquilo que é intrinsecamente insustentável: um produto obtido de monoculturas em grande escala de dendezeiros em sua maioria exóticos, que impactam seriamente na água, o solo, a vida silvestre, as florestas, o sustento bem como na saúde humana, provocando o deslocamento e levando a violações dos direitos humanos.

Uma recente decisão judicial na Malásia ajuda a ilustrar a diferença entre o objetivo declarado da RSPO e as ações na realidade e o que acontece na realidade. Neste mês, a comunidade nativa Kayan de Long Teran Kanan no rio Tinjar na região malásia de Bornéu ganhou uma importante batalha legal contra o governo do estado de Sarawak e a IOI Pelita, uma subsidiária da produtora de dendê malásia IOI- membro fundador e diretor da RSPO. (1)

O tribunal declarou os arrendamentos de terras usadas pela IOI “sem efeitos legais” porque tinham sido concedidos pelo governo do estado de Sarawak de forma ilegal e inconstitucional. Haja vista essa decisão é importante saber que, conforme a IOI, a RSPO tinha considerado que a empresa “tinha agido de forma responsável no manejo das terras em Sarawak”.

O anterior significa que, se não tivesse existido o processo legal de 12 anos movido por uma comunidade local e sem a decisão judicial, as atividades da IOI teriam sido “maquiadas de verde” pela RSPO e as comunidades afetadas não teriam recebido nenhuma compensação.

O documento do WRM explica que a RSPO nem sequer garante a conservação das florestas. Pelo contrário, a RSPO legaliza a destruição passada, presente e futura de todos os tipos de florestas, com exceção daquelas definidas como “florestas primárias” ou como “habitats de alto valor de conservação”. Todas as outras podem ser “sustentavelmente” arrasadas com buldôzers, plantadas com dendezeiros e podem receber a certificação da RSPO.

Quanto aos direitos dos povos locais, os critérios da RSPO não garantem salvaguardas suficientes contra o avanço das plantações de dendezeiros em seus territórios, o que irá privá-los de suas terras e seu sustento e ao mesmo tempo irá impactar em sua saúde.

No tocante aos solos, a água e a biodiversidade, a RSPO apenas irá servir para disfarçar os impactos inevitáveis da gestão das plantações de dendezeiros sobre esses três recursos vitais, enquanto a destruição das florestas irá adicionar mais emissões de CO₂ à mudança climática.

O problema com a RSPO é que transmite a mensagem de que o óleo de dendê pode ser certificado como “sustentável”. Diante dessa afirmação, a única resposta possível de quem sabe algo sobre os impactos das monoculturas de dendezeiros em grande escala é que a certificação da RSPO é uma fraude.

Fica claro que o único óleo de dendê que pode ser realmente definido como ecologicamente sustentável é aquele produzido pelas comunidades locais da África Ocidental- onde o dendezeiro é uma espécie nativa- a partir das florestas de dendezeiros naturais. As plantações em pequena escala fora do habitat natural dessa espécie- como as da Bahia no Brasil que fazem parte da cultura dos afro-brasileiros- também provaram ser socialmente benéficas e ambientalmente sustentáveis.

No entanto, a maior parte do óleo comercializado internacionalmente- inclusive o proveniente da África Ocidental- é produzido nas plantações de monoculturas em longa escala de dendezeiros que implicam abrangentes impactos sociais e ambientais. Tal como com as plantações de outras árvores- eucaliptos e pinheiros, por exemplo- o problema não é a espécie plantada, mas a forma e a escala em que elas são estabelecidas. Fazer com que o óleo de dendê produzido nessas plantações possa ser certificado como sustentável é evidentemente uma missão impossível.

(1) “Borneo natives win class action suit against Malaysian oil palm giant”, comunicado de imprensa da BRIMAS, 31 de março de 2010, http://www.illegal-logging.info/item_single.php?it_id=4323&it=news, divulgado pela Bruno Manser Fund, Basileia / Suíça, e-mail: bmf@bmf.ch

[início](#)

MUDANÇA CLIMÁTICA

- Bolívia: uma conferência dos povos sobre a mudança climática, um espaço para apresentar uma mudança de rumo

Depois do estrepitoso e anunciado fracasso da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática celebrada em Copenhague em dezembro de 2009, o presidente da Bolívia, Evo Morales, tomou a iniciativa de convocar outro tipo de cimeira à procura de soluções. Trata-se da Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, que será realizada na cidade boliviana de Cochabamba, de 19 a 22 de abril de 2010 ([HTTP://cmpcc.org/](http://cmpcc.org/)).

Calcula-se que irão participar umas 10.000 pessoas, em grande medida integrantes de organizações e movimentos sociais, mas também haverá delegações oficiais de países do mundo todo.

Foram instrumentados 17 grupos de trabalho dos quais é possível participar de forma presencial e/ ou virtual. Alguns se referem a temas clássicos, como “Florestas”, “Adaptação”, “Protocolo de Kyoto”, “Financiamento”. Mas também há outros assuntos que traduzem, sem dúvidas, a intenção de conduzir as soluções para o problema da mudança climática por uma trilha diferente da transitada até agora na Convenção sobre a Mudança Climática. São assuntos tais como: “Perigos do mercado de carbono”, “Dívida climática”, “Tribunal de Justiça Climática”, “Referendum Mudança Climática”, “Direitos da Mãe Terra”, “Causas estruturais”.

Por outra parte, há uma longa lista de eventos autogestionados que revela uma grande diversidade de abordagens enfrentadas. Lá também há enfoques críticos aos interesses que estão por trás da mercantilização da natureza, como ocorre com as florestas em mecanismos como REDD, e aqueles que afirmam que estamos diante de uma crise de civilização e que é preciso buscar paradigmas alternativos, reivindicando a importância da agricultura camponesa e da soberania alimentar como respostas à mudança climática, com uma participação muito ativa da mulher como agente de propostas e mudança- em organizações como a Passeata Mundial de Mulheres, GenderCC, Confederação Nacional de Mulheres Camponesas e Indígenas da Bolívia, Rede Feminismo Comunitário, Movimento de Mulheres Camponesas, Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), por citar algumas.

Esta cimeira dos povos abre a possibilidade de que outras vozes e outras propostas, silenciadas nos eventos oficiais, ressoem com maior força. As recentes negociações de abril da Convenção sobre a Mudança climática celebradas em Bonn concordaram em que o novo texto de negociação que está em discussão levasse em consideração as propostas que se apresentarem até o dia 26 de abril

de 2010. Isso significa que haveria tempo de incluir aquelas que surgirem da Conferência dos Povos.

Esta conferência será um encontro popular em um país latino-americano cujo povo indígena tem sido sangrado e despojado durante mais de 500 anos de colonialismo, neocolonialismo e neoliberalismo, mas que também soube dar e ganhar uma batalha incrível pela água e por sua dignidade, e que colocou no governo o primeiro presidente indígena do continente. É um lugar significativo para transformar esta crise climática em que estamos submersos por causa do modelo de civilização ocidental imperante em uma oportunidade de mudança. Uma mudança que nos devolva a nossas raízes, à harmonia com a Mãe Terra e entre os irmãos e irmãs que habitamos nela.

[início](#)

- Assine a campanha global contra REDD

As críticas sobre as soluções ineficientes e injustas para a mudança climática, que incluem a compensação de carbono e a comercialização que faz com que os negócios continuem como sempre estão crescendo entre a sociedade civil global.

Os membros do Grupo Durban pela Justiça Climática- uma rede internacional de organizações independentes, indivíduos e movimentos populares- chamam a atenção sobre os perigos dos programas REDD que incluem apropriações de terra e a inclusão de REDD no mercado de carbono e pedem solidariedade com uma nova declaração que rejeita os Programas de Redução de Emissões do Desflorestamento e da Degradação Florestal (REDD) que estão sendo formulados atualmente sob a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática- e já foram testados em programas tais como o Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal do Banco Mundial e o Programa REDD das Nações Unidas. As novas licenças para poluir que serão geradas por REDD estão concebidas de forma tal que obstruem a única solução viável contra a mudança climática: manter o combustível, o carvão e o gás no subsolo.

O grupo exorta a assinar a Declaração REDD antes da Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra na Bolívia, de 19 a 22 de abril de 2010, para que as vozes daqueles que se opõem ao REDD possam falar com apoio global.

A declaração pode ser assinada em <http://www.durbanclimatejustice.org/>

[início](#)

